

RESENHAS/REVIEW

CARDOSO, O.M.

MUDANÇA SOCIAL NA AMÉRICA LATINA, TRABALHO ASSOCIADO E EDUCAÇÃO

SOCIAL CHANGE IN LATIN AMERICA, ASSOCIATED WORK AND EDUCATION

Candido Giraldez VIEITEZ¹; Neusa Maria DAL RI² (autores)

Osney Marcos Cardoso³

O livro *Mudança social na América Latina, trabalho associado e educação*, publicado pela Junqueira & Marin editores, em 2009, está estruturado em três partes. A parte I, denominada *Trabalho associado, luta política e transformações sociais na América Latina*, é composta de três capítulos elaborados a partir de pesquisas empíricas realizadas em várias fábricas de trabalho associado (TA) na Argentina, Brasil, Bolívia e Venezuela.

Na parte II constituída por dois capítulos e intitulada *Educação, trabalho e gênero* são apontadas as modificações ocorridas em empresas de autogestão, principalmente no tocante às questões de etnia, gênero, novo conceito de poder, solidariedade e as implicações das ações educacionais.

¹ Mestre em Sociologia da Educação e doutor em Sociologia (PUC – SP). É docente do Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Filosofia e Ciências, UNESP, Campus de Marília, Faculdade da qual foi também Diretor. Autor dos livros “Os Professores e a Organização da Escola”, “Reforma nacional-democrática e contra-reforma: a política do PCB no coração do ABC Paulista/1956/1964”, em coautoria “Trabalho associado: cooperativas e empresas de autogestão”, “Educação democrática e trabalho associado no Movimento dos Trabalhadores Sem Terra e nas fábricas de autogestão” e coorganizador de “Educação e Políticas Públicas – tópicos para o debate”. É coeditor do periódico científico Org&Demo.

² Docente do Departamento de Administração e Supervisão Escolar e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Filosofia e Ciências, UNESP, Campus de Marília. Mestre em Educação (Pesquisa Educacional) pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), Doutora em Educação pela Universidade de São Paulo (USP), Livre-Docente pela Universidade Estadual Paulista (UNESP). Realizou Pós-Doutorado na Universidade do Minho, Portugal. A autora possui vários livros, capítulos de livros e artigos publicados, com destaque para os livros “Trabalho associado: cooperativas e empresas de autogestão” e “Educação democrática e trabalho associado no Movimento dos Trabalhadores Sem Terra e nas fábricas de autogestão”. É líder do Grupo de Pesquisa Organizações e Democracia e coeditora do periódico científico Org&Demo.

³ Docente da Universidade Tecnológica Federal do Paraná – Campus de Pato Branco. Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Filosofia e Ciências, UNESP – Campus de Marília.

A parte III denominada *Trabalho associado e as empresas de autogestão* é composta também por dois capítulos, nos quais os autores objetivam demonstrar que as diversas organizações criadas pelos trabalhadores, independente de sua natureza, apresentam determinações básicas comuns e, ainda, oferecer um quadro explicativo referente aos elementos potencialmente democratizadores e (des)alienantes presentes nas fábricas de autogestão, bem como os elementos estratégicos que se constituem num entrave para o desenvolvimento autogestionário.

Em suma, a obra oferece aos leitores um quadro das transformações ocorridas, nas últimas décadas, no TA na América Latina, que é também marcado pelo impulso do Movimento Operário (MOP) em suas lutas reivindicativas e de resistência ao capitalismo neoliberal, ao desemprego estrutural e à precarização do mercado de trabalho. Os autores realizam uma análise da atual conjuntura do desenvolvimento do TA e de sua associação com as lutas políticas dos movimentos dos trabalhadores.

No transcorrer dos textos, Vieitez e Dal Ri conseguem de maneira inequívoca demonstrar os gravames gerados pelo capitalismo no sistema mundo e como, de forma contraditória, os ideólogos deste sistema conseguem apresentá-lo não só como o de maior eficiência e produtividade dentre todos os que já existiram na história da humanidade, mas como o sistema que propiciou a possibilidade de realização das aspirações humanas, dos ideais de *liberdade* e do *mérito* como critérios de ordenação social contidos originariamente na Revolução Francesa e em parte na Revolução Americana.

Com o domínio da classe burguesa no capitalismo, seus intelectuais conseguiram manter a consigna democrática da Revolução, mas metamorfosear seu significado, ou seja, o homem livre da revolução antifeudal passou a ser o homem livre burguês; [...] e o burguês, enquanto sujeito político hegemônico, transmudou o significado de *mérito*, despojando-o de seu cariz antifeudal e convertendo-o em *meritocracia capitalista*” (VIEITEZ; DAL RI, p.228, 2009).

De acordo com os autores, a burguesia apenas suprimiu os privilégios estamentais para substituí-los pelos privilégios de classe e, embora tenha sido muito bem sucedida na disseminação de sua ideologia meritocrática travestida de recompensa social por mérito, o que oculta a exploração do trabalho assalariado, é recorrente na ordem capitalista o desenvolvimento de lutas populares de caráter revolucionário, de

resistência ou de reforma das mais variadas matizes. Os recentes movimentos sociais surgidos na América Latina, com suas características inovadoras, afiguram-se como desdobramentos desta luta.

As ações derivadas do imperialismo neoliberal frequentemente têm se constituído nas causas impulsionadoras destas lutas, que resultam no aparecimento de novas forças de oposição aos valores do capitalismo, recusando a hierarquia vertical e promovendo o princípio fundamental da prática democrática, por meio do estabelecimento de formas de cooperação e solidariedade, resgatando valores e culturas esmagadas pelo capital.

O TA, surgido em meio a estas lutas, apresenta diversas formas de organização, sendo um fenômeno que se encontra num estágio, cujo potencial de desenvolvimento constituí-se em determinada medida numa incógnita.

Em suas várias formas, o TA, que se caracteriza pelo fato dos trabalhadores assumirem o controle da produção, tratando de construir um sistema cooperativo que é embrionariamente para si mesmos, apesar das contradições e problemas que apresenta, constitui-se numa forma de enfrentamento do trabalho coletivo alienado erigido no sistema capitalista. A principal e mais imediata contradição presente nas empresas de autogestão é que as mesmas continuam sendo produtoras de mercadoria, de valor e integram o mercado, o que se opõem aos elementos endógenos de democratização, ou seja, há uma pressão externa antidemocrática, advinda da lógica da produção de mercadorias que atinge as empresas de autogestão, com uma tendência a corroer a democracia autogestionária.

Segundo os autores é imprescindível para o desenvolvimento das organizações de trabalho associado (OTAs) o seu engajamento nos movimentos políticos populares. Isso decorre tanto em função de que a participação política da classe trabalhadora no longo prazo é fundamental para a preservação ou incremento da democracia interna nas OTAs, o que é o seu principal diferenciador das empresas capitalistas, quanto porque essa atividade política é determinante se o objetivo for a criação de uma sociedade socialista que venha a substituir o sistema capitalista.

Existem vários elementos que podem se constituir no responsável imediato pela participação na luta política e nos movimentos sociais por parte de uma OTA, porém, de maneira geral os elementos são vários e costumam apresentar-se frequentemente combinados.

Os principais elementos são as condições socioeconômicas, já que há uma tendência estrutural à formação de OTAs no capitalismo; o trabalhador coletivo associado como fonte primária de solidariedade de classe, pois embora a constituição do *trabalhador coletivo* pela burguesia tenha elevado as potências produtivas da cooperação a um nível até então desconhecido na história, essa força de cooperação visa beneficiar o capital e não o trabalhador. Assim, o principal desafio do TA é transformar esse sistema de cooperação alienado, num sistema de cooperação em prol do trabalhador. Outro fator são as relações simbióticas e alianças com os movimentos ou setores populares, que é determinante no desenvolvimento de uma solidariedade de classe, tendo como consequência a sua politização e participação nos movimentos sociais. Também é um fator importante a ação das organizações coletivas da classe trabalhadora, pois esta se constitui numa força material inatingível do ponto de vista individual e que pode contrabalançar a situação extremada de alienação dos trabalhadores enquanto simples força de trabalho para o capital, já que nesta situação, os trabalhadores além de estarem centrados unicamente na sua pessoa física, desagregados desta forma, ainda são instados a competirem entre si. Ainda, o papel da educação política e o currículo oculto da OTA, já que em tese a vivência de relações democráticas nas OTAs é em si uma atividade educativa e que desta forma cria um potencial para que os trabalhadores se empenhem na luta pela instauração de formas socializadas e democratizadas de convivência social, o que implicaria numa articulação com o MOP. Finalmente, constitui-se em elemento imediato de ação política numa OTA, o impacto dos governos de conotação popular, que desenvolvem programas políticos que contém elementos populares ou pró-proletários, que independentemente da coerência demonstrada em suas posições, apresentam elementos que contradizem de algum modo os interesses estabelecidos.

Embora os fenômenos relativos ao poder e à dominação encontrem-se nas diferentes instâncias da sociedade, aquela relativa à reprodução humana, referente à dominação das mulheres e crianças, está possivelmente entre as mais primordiais. Neste trabalho os autores concentram sua atenção sobre os aspectos relativos à dominação no interior das relações de produção, focando-se na trajetória educacional e profissional da mulher, concluindo suas análises com o entendimento de que nas empresas autogestionárias, embora não seja suprimida a ideologia patriarcal há a implementação de elementos de socialização e democratização do poder que acabam beneficiando a força de trabalho feminina.

Um dos elementos chaves para tornar o ambiente social mais democrático nas empresas autogestionárias é a igualdade de remuneração percebida por homens e mulheres, ou seja, recebe-se o mesmo provento pela realização do mesmo trabalho, o que se caracteriza como uma acentuada diferenciação em relação às empresas capitalistas.

Quanto à educação, as empresas de autogestão (EAs) compreendem o seu caráter estratégico para o desenvolvimento da autogestão e considerando que o sistema educacional oficial não contempla o conjunto das necessidades educacionais das EAs, estas reconhecem a necessidade da implementação de programas que atendam suas especificidades.

Contudo, a análise dos dados disponíveis demonstra que o investimento das EAs em educação geral, profissional e treinamento é bastante reduzido. Apesar de reconhecer que estas empresas, em sua maioria, ainda buscam transpor as dificuldades herdadas das situações anteriores, os autores demonstram surpresa pelo fato de que nenhuma empresa tenha estruturado cursos sobre autogestão ou cooperativismo.

Quanto ao processo de trabalho nas EAs, eles ainda são organizados de forma bastante tradicional, o que demonstra uma contradição com a estrutura geral das relações de trabalho, da mesma forma que com os propósitos democráticos defendidos nas EAs. As mudanças mais significativas existentes nas EAs, relativas ao processo de trabalho, dizem respeito à divisão de tarefas, às cadências e, em geral, ao que nas empresas capitalistas, corresponde ao controle de trabalho.

Contudo, a categoria *controle*, responsável pela organização do trabalho nas empresas capitalistas vem sendo substituída nas EAs pela categoria de regulação do trabalho. A diferença fundamental entre essas duas categorias é que enquanto na primeira o trabalhador subordina-se ao capital, a segunda, que é ainda uma categoria emergente, expressa a autonomia do trabalhador coletivo autogestionário.

Para Vieitez e Dal Ri (2009) independentemente das dificuldades existentes, sem a instauração do poder imediato dos trabalhadores, que se constituem nos verdadeiros produtores, e sem que este poder seja constituído democraticamente, o socialismo não se consolidará plenamente e dificilmente poderá manter-se e prosperar no transcorrer da história.

Para as pessoas alinhadas com a perspectiva de uma visão de mundo mais democrática, a leitura deste livro, além de tarefa prazerosa

CARDOSO, O.M.

é fundamental, pois permite travar conhecimento com novas formas de organização do trabalho no interior do sistema produtivo às quais denunciam e se opõem aos valores reverenciados no capitalismo.

CARDOSO, O. M. . Social change in Latin America, associated work and education. *ORG & DEMO* (Marília), v. 11, n.1, p. 5-26, jan./jun., 2010.